



PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº , DE 2008

Altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que *dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste*, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º

.....

§ 7º Sobre os encargos de que trata o Inciso I deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de trinta e cinco por cento para os mutuários que desenvolvem suas atividades na região da Amazônia Legal, nos termos do inciso VI do § 2º do art. 1º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, caso mantenham a área de Reserva Legal igual ou maior que os limites estabelecidos no Código Florestal e paguem cada parcela da dívida até a data do respectivo vencimento. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Na área da Amazônia Legal, os produtores rurais são, atualmente, penalizados pelo ônus de manter intocados 80% de seus recursos florestais, caso o imóvel esteja localizado em região de floresta, ou 35%, caso a localização seja em área de cerrado. Essa norma dificulta o aproveitamento dos recursos de solo e água disponíveis em cada imóvel rural e representa uma perda de flexibilidade para o produtor rural na gestão dos recursos naturais de sua propriedade ou imóvel rural.

Cabe reconhecer o elevado custo econômico do não-uso das terras mantidas sob a forma de Reserva Legal, custo esse que recai exclusivamente sobre os produtores rurais, as empresas rurais, os governos estaduais e municipais, e as demais entidades e empresas localizadas nas cidades do interior.

Afinal, todos se submetem à exigência de manutenção de extensas áreas agricultáveis como Reserva Legal que lhes é imposta com a justificação de ser uma necessidade o atendimento a algumas importantes funções ecológicas, como evitar o efeito do desmatamento sobre a proteção das bacias hidrográficas; proteger complexos ciclos de nutrientes, importantes para o solo, a água e a atmosfera; preservar a biodiversidade da floresta amazônica para as gerações futuras; e se precaver em relação ao efeito estufa e o eventual aquecimento do Planeta.

São argumentos sérios e incontestáveis. No entanto, o ônus pelo não-uso destes recursos naturais recai sobre comunidades rurais, governos, entidades e pessoas que deveriam ser recompensadas, de uma forma ou de outra, por estarem sendo privadas das oportunidades de renda, emprego, bem-estar e perspectivas mais favoráveis que lhes seriam propiciadas pelo aproveitamento dos recursos naturais mantidos intocados como Reserva Legal.

Como são objetivos de natureza plural, em atenção a interesses comuns, que justificam a exigência de manutenção da Reserva Legal, deveria haver mecanismos compensatórios em benefício dos que arcam com os custos de sua promoção.

Afinal, pessoas e entidades, públicas e privadas, abrem mão de seus planos, objetivos, desejos e necessidades, sem que haja compensação por parte daqueles que lhes impõem restrições ao desenvolvimento de suas atividades produtivas para o alcance de objetivos que extrapolam as fronteiras da Amazônia Legal e suas comunidades rurais, famílias e governos estaduais e municipais.



Assim, proponho a concessão de Bônus de Adimplência de 35% aos produtores rurais mutuários dos fundos constitucionais de financiamento caso mantenham a área de Reserva Legal igual ou maior que os limites estabelecidos nos incisos I e II, do art. 16, da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, na redação alterada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e paguem cada parcela da dívida até a data do respectivo vencimento. Trata-se de uma pequena compensação, talvez mais simbólica que efetiva, para sinalizar o elevado valor social da manutenção de áreas agricultáveis como Reserva Legal.

Portanto, contamos com o apoio de nossos ilustres Pares e esperamos o aperfeiçoamento desta proposição, no curso da tramitação pelas comissões técnicas desta Casa.

Sala das Sessões,

Senador **EXPEDITO JÚNIOR**